

Análise da Implementação do Programa Mais Alfabetização em duas Escolas da Rede Estadual de Manoel Viana/RS

Fabiane Cristina Farsen Hünemeier¹
Danieli Maria Junges Friederich²
Maurício Ramos Lutz³

Recebido em 11 de janeiro de 2020
Aprovado em 09 de outubro de 2021

DOI: 10.18829/2121

RESUMO

As políticas públicas vêm sendo vistas como importantes alternativas na busca por melhorias na qualidade de ensino e aprendizagem no Brasil. Um dos grandes desafios enfrentados ao longo da história pela educação brasileira é o processo de alfabetização. Desta forma, o presente trabalho apresenta dados relevantes em relação as políticas públicas criadas nas últimas duas décadas (mais precisamente entre 2005 e 2018) com o foco na erradicação do analfabetismo em nosso país. No ano de 2018 foi criado o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), sendo ele o objeto de estudo desta pesquisa, a qual teve como objetivo analisar o processo de implementação do Programa em duas escolas da rede estadual de ensino do município de Manoel Viana/RS, analisando a coerência entre a proposta e a prática. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo. Foram realizadas pesquisas teóricas referentes ao processo de alfabetização e o analfabetismo no Brasil com base nos autores Mortatti (2006), Soares (2004), Ferreiro (2001) e Freire (1981). Para maiores conhecimentos em relação a implementação do Programa e as experiências vivenciadas pelas escolas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Os dados revelaram que na etapa em que o Programa foi implementado, os alunos apresentaram um bom rendimento. O Programa tinha previsão de ocorrer em duas etapas, a primeira de 6 meses e a segunda de 8 meses, no entanto, a segunda etapa, que estava prevista para 2019, não foi implementada, o que segundo os profissionais envolvidos foi um retrocesso para alfabetização destas crianças.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Alfabetização; Programa Mais alfabetização.

ABSTRACT

Public policies have been considered as important alternatives in the search for improvements in the quality of teaching and learning in Brazil. One of the great challenges faced throughout history by Brazilian education is the literacy process. Thus, this paper presents relevant data in relation to the Public policies created in the last two decades (more precisely between 2005 and 2018) with a focus on the eradication of illiteracy in our country. In 2018, the Mais Alfabetização Program (PMALFA) was created, being it the object of study of this research, which aimed to analyze the process of implementation of the Program in two schools of the state education system from Manoel Viana/RS, analyzing the coherence between the proposal and the practice. The methodology used was qualitative in nature. Theoretical research was carried out on the process of literacy and illiteracy in Brazil were carried out based on the

¹ Instituto Federal Farroupilha - IFFar. E-mail: fabyfarsen@gmail.com

² Instituto Federal Farroupilha – IFFar. E-mail: danieli.friederich@iffarroupilha.edu.br

³ Instituto Federal Farroupilha – IFFar. E-mail: mauricio.lutz@iffarroupilha.edu.br

authors Mortatti (2006), Soares (2004), Ferreiro (2001) and Freire (1981). Semi-structured interviews were carried out in order to gain more knowledge about the implementation of the Program and the experiences of the schools. The data revealed that in the stage in which the Programme was implemented, the students performed well. The Program was expected to occur in two stages, the first of 6 months and the second of 8 months, however, the second stage, which was planned for 2019, it was not implemented, which according to the professionals involved was a step backwards for the literacy of these children.

Keywords: Public Policies; Literacy; Mais Alfabetização Program.

1. Introdução

Por um longo período na história do Brasil, o acesso à escola foi restrito apenas às classes mais favorecidas da sociedade. Somente em 1988, por meio da Constituição Federal, que passou-se a promover a universalização da educação, com base no Art. 205, a educação passou a ser compreendida como:

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, a qual será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988, p. 160).

Antes da Constituição Federal, a escola era organizada para receber, na sua maioria, crianças que pertenciam a classes sociais mais favorecidas e que, conseqüentemente, tinham mais acesso à cultura erudita. Com a nova Constituição, é dever do estado ofertar educação para todos, desta forma, a chegada das crianças de classes sociais menos favorecidas nos espaços escolares, passou a exigir da escola um novo olhar, a qual passa a ser desafiada a acolher as diferentes vivências e culturas trazidas por estas crianças e transformá-las em aprendizagens significativas. Segundo Mortatti (2009, p. 93):

A alfabetização se tornou fundamento da escola obrigatória, laica e gratuita; e a leitura e a escrita se tornaram, “definitivamente”, objeto de ensino e aprendizagem escolarizados, ou seja, submetidos à organização sistemática, tecnicamente ensináveis e demandando preparação de profissionais especializados. Desse ponto de vista, a alfabetização se apresenta como o signo mais evidente e complexo da relação problemática entre educação e modernidade, tornando-se o principal índice de medida e testagem da eficiência da educação escolar.

Em decorrência desta nova caracterização, a escola passa a enfrentar grandes desafios. Aumentam os números de alunos nas turmas, o professor passa a ser cada vez mais pressionado para atender a nova demanda e fazer o seu trabalho com eficiência, ao mesmo tempo em que sofre com a desvalorização. Se multiplicam as diferenças existentes dentro de uma mesma sala de aula, pois as experiências vividas e os conhecimentos prévios trazidos pelas crianças das classes sociais menos favorecidas eram diferentes daqueles que as crianças da classe média alta

traziam consigo, e ainda, diferentes dos conhecimentos ensinados e cobrados na escola até então. Sendo assim, a escola encontra dificuldades em alcançar seus objetivos de ensino e de aprendizagem, e o fracasso escolar começa assombrar o sistema educacional brasileiro, deixando claro que garantir o acesso de todas as crianças, não garantiu a qualidade de ensino, sendo este um novo desafio para o sistema educacional, promover um ensino de qualidade à todos.

Esta situação passou a ficar mais visível quando no ano de 2000 o Brasil passa a fazer parte do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)⁴, o qual permitiu situar o desempenho dos jovens de 15 anos no contexto Internacional. “A proposta do PISA parte do pressuposto de que, ao se avaliar os alunos com 15 anos de idade, seriam avaliados os alunos que, em sua grande maioria, teriam terminado pelo menos oito anos de escolaridade obrigatória” (BRASIL, 2002, p. 2), encontrando-se nesta idade no 1º ano do Ensino Médio, o que representa um sincronismo na idade/série, fluxo de escolaridade apresentado na maioria dos países participantes do PISA, quase todos desenvolvidos (BRASIL, 2002). Contudo, no Brasil, “segundo o Censo Escolar 2001, dos 3.277.206 alunos com 15 anos de idade, cerca de 76% ainda se encontravam no Ensino Fundamental” (BRASIL, 2002, p. 13), revelando o grande desafio educacional brasileiro: “melhorar as taxas de progressão entre séries, garantindo, ao mesmo tempo, a melhoria da qualidade do ensino oferecido. em relação ao sincronismo idade/série.” (BRASIL, 2002, p. 7).

A partir deste panorama, destaca-se nesta pesquisa a alfabetização como importante processo para a aquisição de inúmeras habilidades e competências que proporcionem o desenvolvimento dos alunos desde o início da caminhada escolar. Com base nestas concepções, nos últimos anos, teorias, metodologias e programas educacionais foram aplicados nas escolas com o intuito de alfabetizar o maior número de crianças possível. No entanto, o que me inquieta e então deu origem ao tema desta pesquisa, é como estes programas são implementados. Que passos precisam ser seguidos, que critérios devem ser atendidos para as escolas poderem implementar estes programas e como os profissionais envolvidos são preparados para esta implementação.

Desta forma, a presente pesquisa teve como principal objetivo conhecer as políticas públicas e os programas a elas atrelados na esfera nacional, criados com o intuito de qualificar

⁴ Pesquisa internacional que visa aferir as habilidades e competências necessárias à vida moderna, dos estudantes de 15 anos dos países participantes. Trata-se de um programa coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma organização global que visa ajudar os governos-membros a desenvolverem melhores políticas nas áreas econômicas e sociais.(BRASIL, 2002).

o processo de alfabetização nas escolas da rede pública. Como, por exemplo, o Pró-letramento (2005) e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC – 2012), por meio dos quais foi criado o Programa Mais Alfabetização (PMALFA). Este último, foi instituído por meio da Portaria MEC nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, que é uma estratégia do Ministério da Educação (MEC), a qual visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do Ensino Fundamental. (BRASIL, 2018b).

A pesquisa iniciou com uma investigação teórica e documental, após realizou-se levantamentos de dados por meio de entrevistas, com profissionais envolvidos no processo de alfabetização de duas escolas da rede pública Estadual do município de Manoel Viana/RS. Tem o intuito de analisar como está sendo implantada a proposta do Programa Mais Alfabetização (PMALFA – 2018), que é o Programa que está em fase de implantação nas escolas, o qual teve início em 2018 e haviam previsões de continuidade no ano de 2019, no entanto, isto não se confirmou.

Por meio das entrevistas, buscou-se analisar a coerência existente entre a proposta e a prática, levando em conta uma das principais metas do Programa Mais Alfabetização de que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, conseqüentemente, no final do 3º ano do Ensino Fundamental.

2. A importância da alfabetização como ponte de ligação entre diferentes saberes

Este estudo fundamenta-se em diferentes autores que ao longo dos anos dedicaram seus estudos para compreender como ocorre o processo de alfabetização nas crianças, nos jovens e adultos. Para tanto, entende-se que alfabetização, segundo Soares (2004, p. 16), é “[...] entendida como processo de aquisição e apropriação do sistema de escrita, alfabético e ortográfico”. Já para Ferreiro (2001, p. 47), “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola e que não termina ao finalizar a escola primária”. E para Freire (1981, p. 68), a alfabetização é o que:

[...] possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social.

Alguns destes estudos também tem por objetivo encontrar os meios mais eficazes de garantir a todos os cidadãos as condições básicas para que possam desenvolver as habilidades necessárias para reconhecer e interpretar o mundo letrado que nos cerca.

Esse mundo que nos rodeia e o espaço em que estamos inseridos pode ser compreendido, interpretado e analisado de formas distintas, dependendo das capacidades e habilidades de cada indivíduo. Desenvolver e aprimorar estas competências e habilidades são importantes funções dos espaços de educação. Em nossa sociedade, historicamente a linguagem e sua representação por meio dos símbolos foi e ainda é uma das principais formas utilizadas para se compartilhar saberes, registrar fatos históricos, descobertas científicas, conhecimentos adquiridos e saberes construídos ao longo dos tempos. Desta forma, para que o indivíduo tenha condições de compreender e analisar estes registros, se apropriando com criticidade dos saberes que a sociedade construiu, e assim elaborando seus próprios conhecimentos, é importante que ele vivencie este processo que denominamos como alfabetização.

Segundo Freire (1989, p. 7), “[...] aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade”. Desta forma, o processo de alfabetização pode ser compreendido como um caminho para emancipação do cidadão, sendo que, para o autor, a escola, em muitos casos, é um importante caminho para que isso ocorra de fato na vida de alguns indivíduos.

3. Analfabetismo no Brasil: um desafio a ser vencido

No ano de 2018, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), de 2017, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que ainda existem 11,5 milhões de analfabetos no país. Aprovado em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) prevê, em sua meta 9, que em 2015 o Brasil deveria baixar para 6,5% a sua taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, no entanto ela ficou em 7,7 %. Em 2016, a taxa baixou para 7,2%, e em 2017, para 7%. (BÔAS, 2018).

Mesmo sendo um avanço, a taxa de analfabetismo ainda se manteve acima da meta intermediária do PNE, de 6,5% em 2015. Consequentemente, ainda será um grande desafio conseguir alcançar a Meta para 2024, que prevê a erradicação do analfabetismo.

O analfabetismo é um problema que o Brasil enfrenta a longa data e a ele foram atribuídas diferentes significados. Paulo Freire nos traz um olhar crítico em relação à forma como a sociedade e as autoridades encararam, por muito tempo, o analfabetismo no Brasil:

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma “erva daninha” – daí a expressão corrente: “erradicação do analfabetismo” –, ora como uma “enfermidade” que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma “chaga” deprimente a ser “curada” e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de “civilização” de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da “incapacidade” do povo, de sua “pouca inteligência”, de sua “proverbial preguiça”. (FREIRE, 1981, p. 11).

No entanto, o autor nos mostra, a partir de uma concepção crítica, “que o analfabetismo não é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta.” (FREIRE, 1981, p. 13).

Para compreender como a sociedade e os governantes encararam o problema do analfabetismo, Mortatti traz em suas produções uma análise histórica do analfabetismo e dos processos de alfabetização vivenciados no Brasil desde o surgimento da escola. Segundo Mortatti (2006), foram nas últimas duas décadas que se começou a debater a qualidade dos processos de alfabetização nas escolas brasileiras:

[...] mesmo depois de cem anos desde a implantação, em nosso país, do modelo republicano de escola, é possível observar que, o que hoje denominamos “fracasso escolar na alfabetização” se vem impondo como problema estratégico a demandar soluções urgentes e vem mobilizando administradores públicos, legisladores do ensino, intelectuais de diferentes áreas de conhecimento, educadores e professores. (MORTATTI, 2006, p. 3).

Foi então que, na década de 80, a fim de enfrentar o problema do fracasso na alfabetização das crianças no início da escolarização, passa a ser introduzido no Brasil o pensamento construtivista de alfabetização, metodologia originária do estudo da psicogênese da língua escrita pela argentina Emília Ferreiro e seus colaboradores. Segundo Mortatti (2006, p. 10):

[...] o construtivismo se apresenta, não como um método novo, mas como uma “revolução conceitual, demandando, dentre outros aspectos, abandonarem-se as teorias e práticas tradicionais, desmetodizar-se o processo de alfabetização e se questionar a necessidade das cartilhas.

A partir deste momento, “Inicia-se, assim, uma disputa entre os partidários do construtivismo e os defensores [...] dos tradicionais métodos (sobretudo o misto ou eclético), das tradicionais cartilhas” (MORTATTI, 2006, p. 10). As cartilhas não foram abandonadas, mas passaram a ser elaboradas com base nas ideias construtivistas.

Foi um período de grandes contradições dentro das escolas, alguns professores tiveram uma compreensão equivocada dos estudos de Emília Ferreiro, no entanto eles trouxeram contribuições importantes para a melhoria nos processos de alfabetização, que podem ser verificáveis nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e entre tantas outras iniciativas recentes.

Segundo Ferreiro (2001, p. 43) "a escrita não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade. Como objeto cultural, a escrita cumpre diversas funções de existência". A partir deste olhar, a autora nos leva a refletir sobre a maneira como a criança vê o mundo da escrita, e defende a ideia de que é a partir de hipóteses e representações que ela vai refletindo sobre este mundo. Portanto, é importante que a criança seja vista como alguém que traz consigo importantes experiências de aprendizagens, as quais não são fruto apenas da escola, mas sim de suas vivências culturais antes da escola ou mesmo fora dela, constituídas nas relações familiares e nos grupos sociais. Estas experiências relacionadas com o mundo da escrita e as representações que a criança faz delas, podem ser então interpretadas por meio dos testes de psicogênese, criado pela autora e utilizado em seus estudos.

4. As Políticas Públicas: caminhos para melhorias no processo de alfabetização

No ano de 2005, ainda na busca por melhorias no sistema de ensino e na eficácia das práticas de alfabetização, o Ministério da Educação (MEC), em parceria com 19 universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com a adesão de estados e municípios, cria o Programa Pró-letramento. Neste programa, os educadores no exercício do magistério tinham a oportunidade de fazer dois tipos de formação: um curso de alfabetização e linguagem; e outro de matemática, com carga de 120 horas cada. A formação combinava encontros presenciais e atividades individuais durante oito meses. Desde quando o programa foi criado, 254 mil profissionais já foram qualificados (BRASIL, 2010a). Segundo Soares (2009, p. 18):

Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais, é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da língua escrita e de ter-se inserido num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita.

Desta maneira, os materiais ofertados pelo MEC para formação desses professores direcionavam as práticas para este viés, em que os alunos eram ensinados não apenas a ler e escrever, mas também habilitados à interpretar a sua leitura, compreender a escrita e relacionar com o mundo, tornando-se um leitor e escritor capaz de se posicionar em relação ao texto.

Após esta formação continuada para professores, em 2012, o MEC criou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que tem como principal desafio “Garantir o direito à alfabetização plena a todas as crianças até os oito anos de idade.” (BRASIL, 2015, p. 1). Para isso, ele contempla a participação da União, estados, municípios e instituições de todo o país.

Uma das propostas deste Pacto é oferecer suporte pedagógico e didático aos professores alfabetizadores da rede pública de ensino, por meio do Programa Mais Alfabetização (PMALFA), criado pela Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018. Segundo o material operacional do PMALFA elaborado pelo MEC:

O objetivo do PMALFA é fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização - para fins de leitura, escrita e matemática - dos estudantes no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental. Para isso, o Ministério da Educação garantirá apoio adicional - prioritariamente no turno regular - do assistente de alfabetização ao professor alfabetizador, por um período de cinco horas semanais para unidades escolares não vulneráveis, ou de dez horas semanais para as unidades escolares vulneráveis. (BRASIL, 2018c, p. 4).

Desta forma, o Programa é uma estratégia do MEC para fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no ciclo de alfabetização⁵. O PMALFA fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que determina “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”. (BRASIL, 2018c, p.3).

Segundo as justificativas do MEC, um dos pontos importantes que levaram a criação do PMALFA, foram os resultados encontrados na Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), do Sistema de Avaliação da Educação (SAEB), os quais apontam que:

[...] 54,73% dos estudantes acima dos oito anos, faixa etária de 90% dos avaliados, permanecem em níveis insuficientes de leitura. (...) Em 2014, esse percentual era de 56,1%. Outros 45,2% dos estudantes avaliados obtiveram níveis satisfatórios em leitura, com desempenho nos níveis 3 (adequado) e 4 (desejável). Em 2014, esse percentual era de 43,8. (BRASIL, 2017, p. 2).

⁵ Entende-se como ciclo de alfabetização o 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental, anos iniciais. (BRASIL, 2010b).

A partir destes resultados, pode-se observar que o desempenho destes alunos de 2014 para 2016 permaneceram praticamente estagnados. Em outros resultados percebe-se ainda “que parte considerável dos estudantes, mesmo havendo passado por três anos de escolarização, apresentam níveis de proficiência insuficientes para idade”. (BRASIL, 2017, p. 2). Conseqüentemente, as crianças não estão alcançando os objetivos propostos para aquele ano, o que as leva para dois caminhos: a reprovação; ou avanço, mesmo com os déficits de aprendizagens que possui.

Sendo assim, é essencial que o processo de alfabetização proporcione aos alunos situações que lhes permitam vivenciar amplas oportunidades e práticas diversificadas, e assim possam desenvolver habilidades de escrita alfabética de forma ampla, desenvolvendo a capacidade de ler e interpretar o mundo letrado com criticidade.

5. Materiais e métodos

A pesquisa realizada foi de caráter qualitativo, sendo que para Minayo (2001), esse tipo de pesquisa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que condiz a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Sendo assim, a pesquisa foi baseada em estudos teóricos, documentais e entrevistas, as quais foram realizadas com dois professores alfabetizadores (um do 1º ano e um do 2º ano), um assistente de alfabetização e com um representante da equipe gestora que tenha conhecimento em relação a aplicação do PMALFA, de duas escolas da rede estadual de ensino do município de Manoel Viana/RS.

As entrevistas foram elaboradas por perguntas semiestruturadas, proporcionando uma organização prévia das mesmas, mas ao mesmo tempo possibilitando liberdade para o entrevistador desenvolver as situações que surgirem no decorrer da conversa, podendo explorar mais amplamente alguma questão que demonstre necessidade. Por meio das entrevistas buscou-se compreender como está ocorrendo à aplicação do PMALFA nestas escolas, para então fazer a análise dos referenciais teóricos que embasaram a pesquisa e a coerência existente entre a legislação e a prática.

Foram elaborados três blocos de perguntas, cada bloco composto por seis e sete perguntas: o primeiro bloco constituía-se de perguntas direcionadas aos gestores (no caso os coordenadores) da escola; o segundo bloco foi direcionado aos professores alfabetizadores e o terceiro bloco foi direcionado aos assistentes de alfabetização, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Blocos de perguntas que constituíram as entrevistas.

1º Bloco: perguntas aplicadas aos coordenadores pedagógicos.	2º Bloco: perguntas aplicadas aos professores alfabetizadores.	3º Bloco: perguntas aplicadas aos assistentes de alfabetização.
<p>1) De que forma o PMALFA foi apresentado para os gestores das escolas? Houve alguma formação específica sobre o Programa?</p> <p>2) Como foi realizado o processo de seleção dos monitores de alfabetização? Que critérios foram levados em conta nesta seleção?</p> <p>3) A equipe gestora encontrou algum desafio ou dificuldade na adesão e implantação do Programa na escola? Se sim, quais?</p> <p>4) No início do Programa a escola realizou alguma avaliação diagnóstica? E no decorrer do Programa?</p> <p>5) Como você avalia o andamento do Programa nesta primeira etapa? Na sua opinião, quais são os pontos positivos e negativos (se houverem) na proposta do PMALFA?</p> <p>6) Você gostaria de contribuir com alguma sugestão em relação a proposta do Programa?</p>	<p>1) Qual foi a data de início do PMALFA na Escola?</p> <p>2) De que forma a equipe gestora da Escola informou e preparou o/a professor/a alfabetizador para a implantação do Programa na Escola?</p> <p>3) Como professor/a alfabetizador/a você teve alguma formação específica para implantar o Programa em sua turma? Se sim, como?</p> <p>4) Você conhece a Proposta e as normativas que regulamentam o Programa?</p> <p>5) No início do Programa, houve alguma avaliação diagnóstica da turma? E no decorrer do Programa?</p> <p>6) Como você avalia o andamento do Programa nesta primeira etapa? Na sua opinião, quais são os pontos positivos e negativos (se houverem) na proposta do PMALFA?</p> <p>7) Você gostaria de contribuir com alguma sugestão em relação a proposta do Programa?</p>	<p>1) Qual é a sua formação?</p> <p>2) Como você ficou sabendo do PMALFA nas escolas da rede Estadual?</p> <p>3) Como se deu o processo de seleção dos monitores de alfabetização?</p> <p>4) A equipe gestora da escola lhe informou com clareza a proposta do Programa e as suas atribuições como monitor/a de alfabetização?</p> <p>5) Quais são suas atribuições como monitor/a de alfabetização?</p> <p>6) Como você avalia o andamento do Programa nesta primeira etapa?</p> <p>7) Você gostaria de contribuir com alguma sugestão em relação a proposta do Programa?</p>

Fonte: elaborada pelos autores.

Após as entrevistas, realizou-se uma análise dos dados obtidos, os quais forneceram informações importantes em relação à implementação do Programa, pois grande parte das informações disponíveis sobre o mesmo, estão na Plataforma do MEC e só podem ser acessadas pelos profissionais envolvidos diretamente no Programa.

Ao analisar as entrevista, foi possível relacionar a proposta do PMALFA com os processos de implementação do mesmo nos espaços da escola, permitindo assim uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados pelas escolas e pelos profissionais envolvidos, identificando os pontos positivos e negativos do Programa, possibilitando assim uma análise crítica em relação à esta Política Pública.

6. Análise e discussão dos resultados

A presente pesquisa teve como base as entrevistas realizadas com os profissionais que atuaram no PMALFA em 2018, as pesquisas teóricas fundamentadas em autores como Freire (1981), Mortatti (2009) e Ferreiro (2001), e as legislações e resoluções que tratam do Programa.

As entrevistas foram realizadas com as duas Coordenadoras Pedagógicas das escolas, que foram responsáveis por realizar o processo de adesão e o acompanhamento do Programa; com uma professora do 1º ano do Ensino Fundamental (P1), que atua com os 1º anos das duas escolas investigadas; uma das professoras do 2º ano do Ensino Fundamental (P2); e com a assistente de alfabetização (AA) que atuava nas duas escolas, no turno da manhã em uma escola à tarde na outra. No total, foram cinco pessoas entrevistadas.

As entrevistas forneceram dados importantes das realidades vivenciadas pelos atores que são responsáveis pela implementação do Programa. A Coordenadora 2 (C2), no momento da entrevista, apresentou a Plataforma, na qual são acessados os cursos on-line, as avaliações e os resultados. Segundo ela, os materiais são muito bons, no entanto um pouco extensos, sendo que precisava dedicar um bom tempo para realizá-los.

Quanto aos resultados, ela relata que eles já são apresentados em forma de gráficos por turma, demonstrando as habilidades e competências que a turma já domina e quais ainda precisam ser melhor trabalhadas e desenvolvidas para que os alunos atinjam o nível desejado para aquela etapa.

Já na entrevista realizada com a Coordenadora 1 (C1) pode-se perceber que, por estar demasiadamente atarefada, ela pouco conseguiu acompanhar o Programa. Mesmo sabendo dos cursos on-line e dos materiais enviados, afirma que “não dava conta de assistir tudo e fazer tudo, pois era muita coisa” (C1). Ela aponta como um ponto negativo do programa, o fato de a escola não ter conseguido dar conta de buscar soluções para as dificuldades que os alunos apresentaram nas avaliações, por estarem com falta de pessoal.

Estes foram alguns relatos obtidos na entrevista, no entanto é importante que se tenha uma compreensão da real proposta do Programa, sua justificativa, seus objetivos e como ele deve ser implementado nas escolas. Neste momento da análise considero importante apresentar estes dados, para que se possa dar continuidade à discussão dos resultados obtidos.

Considerando a importância da alfabetização como alicerce para construção de diferentes saberes, ressalta-se o que afirma Freire (2005, p. 8):

[...] aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Ou seja, alfabetizar-se vai além de apenas decodificar letras e códigos. O que justifica a necessidade de se implementar Programas como o PMALFA, com o intuito de fortalecer e qualificar o processo de alfabetização, que como já foi apresentado através de dados, vem apresentando resultados preocupantes. Sendo assim, especificados em seus Art. 2º e 3º da Resolução Nº 7, de 22 de março de 2018, o MEC e o FNDE, tem como principal objetivo garantir apoio ao processo de alfabetização na área da leitura e escrita e na matemática, destinando recursos financeiros para cobertura de custeios. (BRASIL, 2018a).

Os valores repassados foram de R\$ 150,00 por turma para assistentes que cumpriam a carga horária de 5 horas, em escolas não vulneráveis (que foi o caso das duas escolas investigadas), e de R\$ 300,00 por turma para os assistentes que cumpriam 10 horas, estes em escolas classificadas como vulneráveis. Cabe ressaltar que estes valores são apenas para suprir as despesas de transporte e alimentação, pois o trabalho do assistente é voluntário. Já para a aquisição de materiais de consumo, o valor repassado é de R\$ 15,00 por matrícula. Ressalta-se, ainda, que a escola tem a autonomia de optar se deseja ou não contar com o assistente de alfabetização, sendo que, se não houver o assistente, a escola deve utilizar o valor enviado para aquisição de materiais de consumo. (BRASIL, 2018a).

O processo de adesão do Programa ocorreu em duas etapas, primeiramente pelas secretarias municipais, estaduais e distritais, em que foi indicado um Coordenador do PMALFA para cada um dos âmbitos citados, os quais foram responsáveis pelo acompanhamento da implantação do Programa. Posteriormente, as escolas fizeram a adesão, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), inscrevendo o Coordenador da escola, os professores alfabetizadores e o/a assistente de alfabetização. (Brasil, 2018a).

Segundo os dados coletados nas entrevistas, a assistente de alfabetização (AA) afirma ter sido informada, no momento da inscrição no Programa, que este seria um trabalho voluntariado e que o valor repassado seria apenas para custear o transporte e a alimentação, o qual foi efetivamente repassado nos meses de sua atuação.

Em relação as instruções e formações para a implementação do Programa, houve um consenso na resposta das entrevistadas. As coordenadoras afirmaram que foram informadas do Programa por meio da Coordenadoria de Educação do estado, e que posteriormente precisavam acompanhar a Plataforma e esclarecer suas dúvidas através da 10ª CRE, ou por e-mail com profissionais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), parceiros do MEC no PMALFA.

Quanto aos desafios encontrados na implementação do Programa, a C2 em suas falas relatou que algumas vezes o retorno dos e-mails demoravam e dúvidas travavam os processos burocráticos, no entanto “era preciso ir persistindo e estar sempre atento a Plataforma”, afirma a C2.

Com o propósito de atender as finalidades do Programa, cada segmento entrevistado possui competências importantes que precisam ser desenvolvidas, as quais estão especificadas no Manual operacional do sistema de orientação pedagógica e monitoramento do Programa. (Brasil, 2018c). Segundo relatos dos profissionais então envolvidos no processo, cada um vêm exercendo suas funções da melhor forma possível. Em relação às professoras, ambas afirmaram que a proposta do Programa foi muito boa, que os cursos on-line lhes oportunizavam aprendizagens importantes para suas práticas, e que estavam conseguindo alcançar os objetivos do mesmo.

Segundo elas, o acompanhamento da assistente foi muito positivo, pois assim conseguiam atender os alunos com mais proximidade, identificando as dificuldades existentes e conseguindo auxiliá-los. No entanto, a P1 ressaltou que a assistente precisaria ter uma formação mais qualificada para que pudesse ser mais ativa na sua prática, se envolvendo mais com a turma e tendo maior convicção de suas competências.

A entrevista com a AA, demonstrou que ela foi instruída com clareza de suas competências e que, por meio das orientações da professora, auxiliava as crianças em geral, mas procurava fazer jogos e tomar a leitura com os alunos que apresentavam maior dificuldade, para que estes se desenvolvessem melhor. O planejamento das aulas e das atividades eram feitos pela professora. Segundo a AA, no final de cada turno ela precisava fazer um relatório de quais atividades realizou com a turma. Em sua fala, ela resalta que muitas vezes o tempo era curto, pois quando começava a fazer algum jogo ou alguma atividade, já terminava o período e não era possível concluir.

Toda política pública, para que traga resultados efetivos e melhorias no ensino, requerem monitoramento e avaliação das aprendizagens com o público envolvido. Como afirma Luckesi (2002, p. 118):

A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção.

Desta forma, para a construção do sistema de monitoramento e avaliações do PMALFA, o MEC firmou parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da UFJF

(CAEd/UFJF). (BRASIL, 2018c). Segundo a proposta do programa, são realizadas três avaliações, confirmadas pelos profissionais entrevistados, sendo: avaliação diagnóstica, avaliação formativa de percurso e avaliação final.

As avaliações diagnósticas foram disponibilizadas em três modelos diferentes de testes, conforme o nível de alfabetização das crianças no início do Programa. Foram avaliadas as habilidades básicas e essenciais em Língua Portuguesa e em Matemática, próprias da alfabetização. Após cada avaliação, a devolutiva dos resultados foi realizada pelo CAEd para cada escola, em que foram encaminhados os resultados com a análise pedagógica sobre o desempenho dos estudantes nos testes, bem como o roteiro para leitura e interpretação desses resultados. (BRASIL, 2018c).

No ponto de vista da P1, as avaliações foram coerentes com o nível em que os alunos se apresentavam. Já a P2 relatou que as questões das avaliações eram distantes da forma como se trabalhavam os conteúdos e as atividades realizadas em aula, e por isso muitas crianças tinham dificuldades em realizá-las.

Segundo a C2 “as avaliações e a maneira como ocorreram as devolutivas foram muito boas, pois possibilitou uma visão de como os alunos estavam se desenvolvendo para que os profissionais envolvidos pudessem buscar alternativas para qualificar ainda mais as práticas de ensino aprendizagem”. A C1 afirmou, no decorrer da entrevista, que os resultados das avaliações eram enviados, mas que ela não conseguia fazer um acompanhamento das professoras e da assistente para averiguar se foram criadas alternativas de ensino para melhorar as competências que estavam abaixo da média, e que acredita que este seria um ponto para melhorar no Programa.

Como o PMALFA iniciou no ano de 2018 e está em andamento, os resultados ainda veem sendo elaborados, sendo assim, tem-se apenas os relatos dos profissionais envolvidos, os quais afirmaram que a proposta do Programa é muito boa. Segundo as professoras, tanto o auxílio da assistente, as formações e as avaliações possibilitaram a busca por alternativas para que as crianças superassem seus déficits de aprendizagem no decorrer do ano letivo. Sendo assim foram observados importantes avanços na leitura, escrita e na matemática.

A proposta do Programa trazia duas etapas: uma que ocorreu no ano de 2018; e a outra que iria ocorrer neste ano de 2019. Em abril deste ano, então, o MEC encaminhou um ofício informando que o prazo de adesão/confirmação do PMALFA havia sido prorrogado para 10 de maio. (BRASIL, 2019).

No entanto quando foram realizadas as entrevistas (meses de abril, maio e junho), as coordenadoras afirmaram já terem realizado a adesão ao Programa para este ano, mas até final

de junho, ainda não haviam sido repassados os recursos para que se pudesse dar início a implementação do PMALFA.

No mês de julho, retornei às escolas para saber se o PMALFA havia iniciado, mas as coordenadoras informaram que estavam ainda no aguardo e que acreditavam que neste ano não viriam os recursos. No entanto, a avaliação de percurso foi encaminhada para escola aplicar, mesmo não tendo acesso a plataforma.

7. Considerações finais

Concluindo a presente pesquisa, ressalta-se a importância do processo de alfabetização na vida de cada cidadão, em vista que, é por meio dele que os indivíduos desenvolvem conhecimentos, habilidades e competências que os permitem compreender o mundo letrado e, conseqüentemente interpretar a realidade e reconstruí-la a partir de suas práticas.

Contudo, a alfabetização das crianças na idade certa (no ciclo de alfabetização, composto pelos 3 primeiros anos do Ensino Fundamental, anos iniciais), continua sendo um desafio para o sistema educacional brasileiro, tendo em vista os altos índices apresentados nas pesquisas de alunos que concluem o 3º ano do Ensino Fundamental sem atingirem as habilidades e competências necessárias para dominarem conceitos básicos de leitura, escrita, interpretação e lógica-matemática.

Com o intuito de superar este desafio, na última década o Governo Federal criou políticas públicas que, através de capacitações, suporte técnico, recursos financeiros para aquisição de materiais didáticos, e outras alternativas, buscaram melhorias na qualidade de ensino e aprendizagem dos estudantes. O que de certa forma vem apresentando resultados positivos, mesmo que em pequenas proporções, as quais puderam ser observadas nas Avaliações Nacionais de Alfabetização.

Quanto ao PMALFA, no seu processo de implementação nas duas escolas do Município de Manoel Viana, constatou-se que a proposta do mesmo foi bem aceita pelos profissionais envolvidos. O auxílio da assistente de alfabetização possibilitou ao professor um acompanhamento mais individualizado da turma, encontrando alternativas para que todos pudessem se apropriar das habilidades necessárias para o nível em que se encontravam. Os cursos, ofertados por meio de vídeo aulas, e os materiais para leitura, possibilitaram uma formação continuada à todos os profissionais envolvidos, auxiliando na sua prática pedagógica.

Ao analisar a proposta do PMALFA foi possível verificar, com clareza, o propósito do Programa, a forma como o mesmo foi implementado nas escolas e a maneira como eram realizadas as avaliações. No entanto, como o acesso à plataforma era liberado apenas para os profissionais inscritos no programa, não foi possível analisar os resultados das avaliações. sendo possível, apenas, examinar os relatos das profissionais que acompanharam o programa.

Segundo os dados coletados nas entrevistas, o programa apresentou bons resultados, observando que as turmas apresentavam uma média de 18 à 22 alunos, em torno de 85 % conseguiram até o final do ano, atingir o nível satisfatório de leitura, escrita e noções lógico-matemáticas, esperados para o nível de ensino em que se encontravam. O que preocupa as entrevistadas, no entanto, é o fato de este ano o programa não ter seguido conforme o previsto.

Ainda, não foram encontrados dados que justifiquem ou expliquem por que os recursos não foram repassados às escolas, impedindo o andamento das atividades neste ano. Penso que os atrasos que aconteceram neste ano, em relação a implementação do programa, seriam uma boa temática para uma nova pesquisa, pois nos dados apresentados neste trabalho, pode-se averiguar que o nosso país ainda tem um longo caminho pela frente para erradicar o analfabetismo.

Referências

BÔAS, Bruno. V. **Analfabetismo cai no Brasil, mas 11,5 milhões não sabem ler, diz IBGE**. 2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/05/18/analfabetismo-cai-no-brasil-mas-115-milhoes-nao-sabem-ler-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: out. de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: nov. de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Sincronismo idade/série**: um indicador de produtividade do sistema educacional brasileiro. Brasília: Inep. 2002. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000102.pdf>>. Acesso em: set. de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Abertas 114,8 mil vagas em cursos de formação continuada**. 2010a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32190>>. Acesso em: nov. de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Ciclo de alfabetização deve prosseguir sem interrupção.** 2010b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/.../16166-ciclo-de-alfabetizacao-deve-prosseguir-sem-interruptao>>. Acesso em: nov. de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Pnaic: o desafio da alfabetização na idade certa.** 2015. Disponível em: <<http://www.plataformadoletramento.org.br/em-revista/266/pnaic-o-desafio-da-alfabetizacao-na-idade-certa.html>>. Acesso em nov. de 2018.

_____. Ministério da Educação. **MEC anuncia Política Nacional de Alfabetização para reverter estagnação na aprendizagem.** Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/211-noticias/218175739/56321-mec-anuncia-politica-nacional-de-alfabetizacao-para-reverter-estagnacao-na-aprendizagem?Itemid=164>>. Acesso em: out. de 2019.

_____. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Resolução Nº 7, de 22 de março de 2018a Disponível em: <http://Www.Lex.Com.Br/Legis_27628591_Resolucao_N_7_De_22_De_Marco_De_2018.Aspx>. Acesso em: out. de 2019.

_____. Ministério da Educação. **Programa Mais Alfabetização: Portaria Nº 142, de 22 de fevereiro de 2018b** Disponível em: <http://Www.Lex.Com.Br/Legis_27628591_Resolucao_N_7_De_22_De_Marco_De_2018.Aspx>. Acesso em: set. de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Programa Mais Alfabetização: Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento.** 2018c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85691-manual-operacional-pmalfa-final/file>>. Acesso em: out. de 2019.

_____. Ministério de Educação. **Ofício-circular Nº 1/2019/DPR/SEB/SEB-MEC.** Brasília, 30 de abril de 2019. Disponível em: <https://undime.org.br/uploads/documentos/phpTr29c0_5ccc4e562c1bd.pdf>. Acesso em: out. de 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. **Elaboração de políticas e estratégias para a prevenção do fracasso escolar.** Brasília, 2005. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/quipu/brasil/sistema_nacional_formacion_profesores.pdf>. Acesso em: out. de 2019.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização.** São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A importância do ato de ler.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LUCKESI, Cipriano. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 2001.

MORTATTI, Maria do R. L. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. **Revista ACOALF Aplp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa**, São Paulo, ano 3, n. 5, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/reaa/issue/view/835>>. Acesso em: out. de 2019.

_____. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf>. Acesso em: out. de 2019.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 25, p. 5-16, jan./abr. 2004.